



A Configuração subjetiva das cotas raciais para estudantes cotistas no ensino superior

Maristela Rossato¹
Universidade de Brasília, DF, Brasil

Edimilson dos Santos Gonçalves²
Universidade de Brasília, DF, Brasil

Natália Veloso Holanda³
Universidade de Brasília, DF, Brasil

Thayse Rios de Sousa Silva⁴
Universidade de Brasília, DF, Brasil

Karen Kathleen Amorim Oliveira⁵
Universidade de Brasília, DF, Brasil

Ana Carolina Silva Coelho⁶
Universidade de Brasília, DF, Brasil

Ana Clara Gomes da Silva⁷
Universidade de Brasília, DF, Brasil

Resumo: A pesquisa teve como objetivo compreender a configuração subjetiva das cotas raciais para os estudantes cotistas. Foram realizadas entrevistas individuais com estudantes que ingressaram no ensino superior por meio do sistema preto, pardos e indígenas. A análise integrativa das informações possibilitou a construção de 5 núcleos de significação: ingresso e acessibilidade; transformações pessoais e identitárias; expectativas e projeções de ruptura de uma trajetória familiar de exclusão; crenças que circundam o tema das cotas e a influência delas para os alunos cotistas; e a luta desses

¹ Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É uma das coordenadoras do Laboratório de Novas Epistemologias e Desenvolvimento Humano - LabNEDH e líder do grupo de pesquisa CNPQ Desenvolvimento Subjetivo no contexto escolar". É professora Associada da Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Membro do Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar. <https://orcid.org/0000-0001-6457-9005>

² Universidade de Brasília – UnB. <https://orcid.org/0000-0003-0864-1649>

³ Universidade de Brasília – UnB. <https://orcid.org/0000-0003-2586-0106>

⁴ Universidade de Brasília, DF, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8638-118X>

⁵ Universidade de Brasília, DF, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6835-9747>

⁶ Universidade de Brasília, DF, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3243-7453>

⁷ Universidade de Brasília, DF, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2823-5763>

estudantes pela ocupação e permanência na universidade pública. Assim, conclui-se que a configuração subjetiva das cotas raciais é constituída pela produção individual dos estudantes, em tensionamento com a subjetividade social da universidade, bem como de outras instituições sociais, tangenciadas pelas representações históricas e culturais da pessoa negra no Brasil.

Palavras-Chave: cotas raciais, subjetividade, universidade pública, ações afirmativas.

The subjective configuration of racial quotas for quota students in higher education

Abstract: The research aimed to understand the subjective configuration of racial quotas for quota students. Individual interviews were conducted with students who entered higher education through the black, brown, and indigenous systems. The integrative analysis of the information enabled the construction of 5 meaning cores: admission and accessibility; personal and identity transformations; expectations and projections of rupture of a family trajectory of exclusion; beliefs surrounding the topic of quotas and their influence on quota students; and the struggle of these students for the occupation and permanence in the public university. Thus, it is concluded that the subjective configuration of racial quotas is constituted by the individual production of students, in tension with the social subjectivity of the university, as well as other social institutions, touched by the historical and cultural representations of the black person in Brazil.

Keywords: racial quotas, subjectivity, public university, affirmative actions.

La configuración subjetiva de las cuotas raciales para los estudiantes de cuota en la educación superior

Resumen: La investigación tuvo como objetivo comprender la configuración subjetiva de las cuotas raciales para los estudiantes de cuota. Se realizaron entrevistas individuales a estudiantes que ingresaron a la educación superior a través del sistema negro, pardo e indígena. El análisis integrador de la información permitió la construcción de 5 núcleos de sentido: admisión y accesibilidad; transformaciones personales y de identidad; expectativas y proyecciones de ruptura de una trayectoria familiar de exclusión; creencias en torno al tema de las cuotas y su influencia en los estudiantes de cuotas; y la lucha de estos estudiantes por la ocupación y permanencia en la universidad pública. Así, se concluye que la configuración subjetiva de las cuotas raciales está constituida por la producción individual de los estudiantes, en tensión con la subjetividad social de la universidad, así como de otras instituciones sociales, tocadas por las representaciones históricas y culturales de la persona negra en Brasil.

Palabras clave: cuotas raciales, subjetividad, universidad pública, acciones afirmativas.

La configuration subjective des quotas raciaux pour les étudiants-quotas dans l'enseignement supérieur

Résumé: La recherche visait à comprendre la configuration subjective des quotas raciaux pour les étudiants du quota. Des entretiens individuels ont été menés avec des étudiants qui sont entrés dans l'enseignement supérieur par le biais des systèmes noirs, bruns et indigènes. L'analyse intégrative des informations a permis la construction de 5 noyaux de sens : admission et accessibilité ; transformations personnelles et identitaires ; attentes et projections de rupture d'une trajectoire familiale d'exclusion ; les croyances entourant le sujet des quotas et leur influence sur les élèves du quota ; et la lutte de ces étudiants pour l'occupation et la permanence dans l'université publique. Ainsi, il est conclu que la configuration subjective des quotas raciaux est constituée par la production individuelle d'étudiants, en tension avec la subjectivité sociale de l'université, ainsi que d'autres institutions sociales, touchées par les représentations historiques et culturelles de la personne noire dans Brésil.

Mots clés: quotas raciaux, subjectivité, université publique, actions positives.

Introdução

A dimensão subjetiva da experiência de ser um estudante cotista racial é um objeto de estudo que precisa ser apreciado pela Psicologia, Antropologia e pelas Ciências Sociais. A compreensão dessa dimensão, possibilita gerar inteligibilidade sobre a natureza e a qualidade dessa vivência, tanto para aprofundar concepções teóricas e desenvolver processos de ação/intervenção junto aos estudantes, como para contribuir na melhoria e construção de novas dinâmicas institucionais e políticas internas de acolhimento integral. O objetivo deste artigo é analisar a configuração subjetiva social das cotas raciais para os estudantes cotistas, buscando construir um conhecimento que seja potencializador de intervenções institucionais, para além da garantia do acesso, por meio de espaços e ações que efetivamente garantam a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. Foi consolidado uma década de política de ações afirmativas, desde sua publicação pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. A discussão sobre como as cotas podem produzir transformações subjetivas nos estudantes se mostra especialmente importante diante do cenário atual de constantes ataques à lei e ao direito constitucional à educação por parte dos estudantes negros do país.

Nosso pressuposto inicial é de que a compreensão da complexidade constitutiva das configurações subjetivas individuais, sobre a condição de ser estudante cotista, pode ampliar a perspectiva da integralidade da pessoa. Tem-se em vista que as experiências institucionais no ensino superior são configuradas subjetivamente de formas singulares no tensionamento com a subjetividade social da instituição universitária, em suas múltiplas e complexas configurações. Estas também não estão isoladas de outras configurações sociais mais amplas da sociedade brasileira, e global, no que concerne à garantia do direito do acesso ao ensino superior por meio de cotas, sendo essa uma compreensão essencial para múltiplas possibilidades de atuação.

Nosso interesse nesta pesquisa emerge dos desafios e complexidades enfrentados por parte dos autores do presente artigo, bem como outros colegas de cursos diversos que também são estudantes universitários cotistas, que vem se confrontando com configurações sociais, subjetivas e operacionais, de uma instituição pensada e organizada historicamente para estudantes de classe média/alta, branca, não trabalhadora, e com facilidade de acesso físico à instituição. A singularidade dessas experiências atuais, vividas por estudantes universitários cotistas, se alinha ao que já tem sido apontado na literatura sobre a urgência do fortalecimento de ações institucionais acolhedoras e promotoras da permanência e aprendizagem desses estudantes ensino superior (LEMOS, 2017; SENKEVICS & MELLO, 2019; MACHADO & DE BRITO 2022; MIRANDA, 2020).

No entanto, romper com as estruturas hegemônicas requer a desconstrução de discursos e práticas, como evidenciado por Moura e Tamboril (2018), potencializando formas de enfrentamento dos processos de inclusão/exclusão. No estudo desenvolvido por Oliveira et al. (2020), numa revisão integrativa sobre cotas raciais na universidade, os autores expõem que tem havido predominância de pesquisas que evidenciam opiniões sobre as cotas e, em número bem reduzido, pesquisas sobre as reais vivências de estudantes cotistas no ensino superior.

A base teórica sobre a subjetividade, à qual a pesquisa foi fundamentada, se inscreve em uma perspectiva cultural-histórica, sendo reconhecida em sua dimensão social e individual (GONZÁLEZ REY, 2003; 2004; 2007; 2010). A subjetividade “não se reduz nem à linguagem, nem ao texto, nem ao discurso, atravessando todas as esferas num processo em que essas produções simbólicas socialmente geradas se configuram subjetivamente nos atores sociais e individuais da vida social” (GONZÁLEZ REY & MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 22). É necessário ressaltar, porém, que esse processo entre o individual e o social não é linear ou determinista, pois entre ambos pode existir a emergência do sujeito da ação e da resistência. A pessoa que emerge como sujeito, no tensionamento entre o social e o individual, é capaz de produzir um caminho próprio e diferenciado de subjetivação, e de tensionar os espaços normativos nos quais vive as experiências do seu cotidiano (GONZÁLEZ REY & MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

As ações e relações experienciadas no cotidiano da vida são espaços de mobilização de recursos simbólico-emocionais, responsáveis pelos fluxos de sentidos subjetivos produzidos, sempre com algum nível de tensionamento com as múltiplas subjetividades sociais (GONZÁLEZ REY, 2007). Esses fluxos de sentidos subjetivos são fluídos, inscritos na experiência, e, ao mesmo tempo que são constitutivos das configurações subjetivas, são permeados pela história de produções subjetivas em diversas áreas da vida da pessoa (GONZÁLEZ REY, 2007).

Nessa perspectiva, compreende-se que a produção de sentidos subjetivos sobre ser estudante cotista não depende somente dos recursos simbólicos construídos socialmente, mas da forma como o simbólico permeia as emoções dos indivíduos, numa tessitura complexa com sentidos subjetivos produzidos em diversas áreas da vida, que podem ir se modificando no curso das novas experiências vividas, demarcando o caráter histórico das configurações subjetivas. As configurações subjetivas são produtos de um complexo processo de subjetivação individual e social que tanto organizam quanto são basilares da produção dos novos sentidos subjetivos. (GONZÁLEZ REY & MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017; DE SOUZA & TORRES, 2019; ROSSATO & RAMOS, 2020).

Assim, entende-se que a produção subjetiva que um estudante cotista tem no início do curso é diferenciada da que ele terá ao longo de sua permanência no ensino superior, devido aos processos de atualizações de conteúdo individual e social desencadeados por ações e relações experienciadas (DE SOUZA & TORRES, 2019). No contexto das ações afirmativas, há diversos microssistemas que podem permear a vida de um estudante cotista, tais como família, religião, local de moradia, trabalho, meio social, entre outros. Os sentidos subjetivos que são produzidos na dinâmica familiar, por exemplo, podem se relacionar com os sentidos subjetivos sobre a experiência com as cotas, mobilizando uma constituição complexa onde o individual e social se fundem, sem perder suas especificidades.

Além disso, a configuração subjetiva dos estudantes também se relaciona com a própria construção histórica e cultural das ações afirmativas no Brasil. O Estado brasileiro se consolidou a partir de um cenário mercantil, pautado em um sistema escravagista (CONCEIÇÃO, 2019). Essa tradição sistemática de relações de dominação baseadas na expropriação de terras e direitos, violências, e injustiças foi agenciada por oligarquias que desenvolveram, tardiamente, uma República fundamentada em desigualdades sociais (BARBOSA, 2015). Como fruto dessa tradição colonial, persiste no Brasil o mito de democracia racial que encobre, sobretudo, a discriminação racial, gerando a falsa imagem de uma convivência harmoniosa entre todas as camadas sociais e grupos étnicos que existem dentro do território (FERREIRA, 2019). Essa leitura, que fora disseminada fortemente nas obras de Gilberto Freyre, socapa a natureza das desigualdades, uma vez que nebula as raízes das elites dominantes e impede o reconhecimento dos mecanismos sutis de exclusão e assédio. Assim, Conceição (2019) pontua sobre a linha branda que separa a escravidão, o racismo e a desigualdade social no Brasil, expressa em diversos contextos e espaços sociais, à exemplo do acesso, permanência e conclusão do Ensino Superior.

Tardiamente, após a redemocratização do Estado brasileiro, discussões sobre violências históricas e recorrentes, que afetam populações específicas no Brasil, foram encabeçadas por movimentos sociais que exigiam uma postura mais rígida do Poder Público em relação às questões de raça, etnia e gênero, constituindo-se um processo de luta pelo reconhecimento dos direitos de grupos invisibilizados (PAIVA, 2015; DIAS & SOUZA, 2018). Uma das formas de enfrentamento foi a implementação de políticas de ações afirmativas, onde se fornece um tratamento diferenciado, provisoriamente, que busca promover a equidade entre grupos sociais (FERREIRA, 2019; PAULA, 2017), à exemplo da reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras - o sistema de cotas - sobretudo nas instituições federais de ensino superior (PAIVA, 2015).

Sabe-se que muito já foi pensado para a institucionalização das cotas, porém, após sua implementação, concretizou-se a sua insuficiência no que tange a adequação dos estudantes cotistas ao espaço acadêmico, para além do ingresso (SOUZA & BRANDALISE, 2016). É importante fortalecer os marcos legais a fim de propiciar reconhecimento e provocar novos avanços, mas a discussão sobre como os estudantes beneficiários das ações afirmativas têm vivenciado a Universidade Pública precisa estar contemplada. Não é possível discutir políticas públicas para estudantes cotistas no ensino superior sem incluir discussões e ações efetivas que dimensionem a qualidade da experiência subjetiva vivida pelos seus beneficiários, que é uma das bases da permanência e da aprendizagem com qualidade. Portanto, para que possamos avançar nessa direção, é preciso compreender os subprodutos advindos dessas novas configurações, destacando como essas experiências têm sido subjetivadas pelos estudantes cotistas, para que profissionais das áreas da Educação, Psicologia, Antropologia, Ciências Sociais, entre outros, possam ampliar seu olhar e atuarem em colaboração, numa perspectiva crítica, como sugerido por Oliveira et al. (2020).

Método

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, inspirada pelos pressupostos da Epistemologia Qualitativa (GONZÁLEZ REY, 1997) que tem como princípios o caráter dialógico da produção das informações, a legitimidade de casos singulares pelo que podem aportar de inédito ao conhecimento, e o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento. Esta compreensão reconhece o conhecimento como expressão da articulação entre a base teórica dos pesquisadores, as informações produzidas com os participantes, num exercício dialógico, e o conhecimento/experiência prévia dos pesquisadores sobre o tema.

Participantes

Participaram dessa pesquisa 18 estudantes que ingressaram em uma universidade pública federal por meio das vagas destinadas às cotas raciais (PPI). A amostra contemplou 8 alunos do sexo masculino e 10 do sexo feminino, com idade média de 22,7 (DP=2,9) anos. Do total dos participantes, 5% vieram de cursos da área de Linguagens, códigos e suas tecnologias, 65% eram de cursos de Ciências humanas e suas tecnologias, 15% cursos de Matemática e suas tecnologias e 10% cursos de Ciências da Natureza e suas tecnologias. Todos os participantes da pesquisa ingressaram pelas cotas raciais identificados como negros ou pardos e estavam no curso em períodos acima do segundo semestre.

Procedimentos

A seleção dos participantes se deu pelo método de *Snowball*, por meio de resposta a um formulário eletrônico de divulgação da pesquisa nos canais de comunicação da universidade. Os critérios utilizados foram dois: ser estudantes de graduação e ter ingressado na universidade por meio do sistema de cotas para pessoas negras, pardas e indígenas (PPI). A participação dos estudantes foi voluntária, todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os nomes citados nesta publicação são fictícios, a fim de preservar a identidade dos participantes.

Foi realizada entrevista semiestruturada individual com cada um dos participantes, sendo 4 de forma presencial e 14 de forma *online*, via plataformas de videoconferência, devido aos impedimentos ocasionados pela pandemia da COVID-19. As entrevistas foram guiadas por 12 perguntas principais, sendo 5 acerca da história de vida, 5 sobre as crenças circundantes ao tema das cotas e 2 sobre experiência de ser estudante cotista na universidade pública (O roteiro de entrevista utilizado pode ser acessado por meio do link ([https://osf.io/\[link omitido\]](https://osf.io/[link omitido]))). Perguntas adicionais foram feitas de acordo com as respostas dos participantes, visando explorar outros aspectos que emergiram durante a conversação. A produção das informações ocorreu entre novembro de 2019 e maio de 2020. Todas as entrevistas foram gravadas, a fim de termos acesso à íntegra das respostas.

As análises das informações produzidas nas entrevistas foram realizadas em 5 (cinco) etapas, a saber: 1) leitura sistemática e reflexiva das respostas individuais, gerando indicadores preliminares que evidenciam a pertinência das informações ao objetivo da pesquisa; 2) integração dos indicadores individuais num quadro geral, acompanhado por trechos das respostas individuais, visando identificar similaridades, recorrência e pertinência ao objetivo da investigação; 3) conversão dos indicadores individuais em núcleos de significação sobre a configuração subjetiva das cotas; 4) definição dos 5 (cinco) núcleos de significação mais representativos ao objetivo da pesquisa; 5) escolha dos trechos de informação que se constituíssem como mais representativos aos núcleos de significação. Considerando tratar-se de um trabalho que reconhece a pesquisa como um processo de construção interpretativa, não é possível separar os resultados da discussão, razão pela qual serão apresentados na mesma sessão, a seguir.

Resultados e Discussão

1. Acessibilidade e ingresso pelas cotas raciais como ato político

Esse primeiro núcleo foi produzido a partir das contribuições dos participantes acerca do ingresso na universidade pública, abordando questões sobre acessibilidade e a concepção a respeito das cotas antes e após a entrada no ensino superior. Os relatos trouxeram como as cotas raciais são um mecanismo facilitador e viabilizador para acesso ao ensino superior público evidenciando o caráter democrático das ações afirmativas (SOUZA & BRANDALISE, 2016; BARRETO, 2015), principalmente considerando que grande parte dos estudantes que entram pelo sistema PPI advém da educação básica pública, muitas vezes precária, e de uma realidade social ainda muito distante das universidades públicas, como historicamente vieram se constituindo no Brasil. A manifestação de Bruna, estudante de Psicologia, expressa parte desse conteúdo:

Eu sempre tive esse medo de não passar se não tivesse cotas. Mas, no fim das contas, eu fiquei em primeiro lugar em Psicologia, tipo, em relação a todas as cotas... Isso é uma questão também, por exemplo, a minha amiga, ela passou em primeiro lugar tipo, geral, ela é de escola particular e tipo, ela me contando da vida dela, ela sempre estudou muito, né? E eu também sempre estudei muito no meu ensino médio, mas, mesmo assim, você vê, né? Poxa, ela era de escola privada e eu era de escola pública e, tipo, por mais que as duas se esforçassem, a condição dela foi muito melhor, então se eu não tivesse as cotas talvez eu não passasse (Bruna, Entrevista).

Na contribuição de Bruna, evidenciamos que estudar numa escola pública de nível básico, no Brasil, ainda é sinônimo de acesso à uma qualidade inferior de educação, colocando esses estudantes em condição de desvantagem quando comparado aos estudantes de escolas privadas, como já evidenciado nos estudos de Sampaio e Guimarães (2009) e Ferreira e Tabaquim (2017). A acessibilidade proporcionada pelas cotas também é pautada na fala de Rafael, estudante de Ciências Sociais:

Já na segunda graduação, agora em 2018, aí sim, foi onde eu ingressei pelas cotas mesmo. Era PPI e escola pública né, aí eu fiz o favor, falei - não, dessa vez eu vou usar esse direito que tenho, que eu sei que eu tenho -, e dessa vez eu usei e ingressei. Voltei pra universidade a partir das cotas. Hoje em dia eu sou muito mais defensor do que eu era antes, e eu acho que é uma ferramenta indispensável para pluralizar o acesso na universidade, porque se não fossem essas cotas eu acredito que eu não teria conseguido voltar, então eu acho importantíssimo (Rafael, Entrevista).

A ciência de um direito, seguida de uma ação em prol dele, como demonstrado na participação de Rafael, coloca em destaque a importância da democratização do acesso aos direitos individuais e coletivos. Assim, pode-se dizer que a utilização desse direito não é apenas uma ação individual, mas tem um caráter político, como pontuado por Luiza, estudante de Ciências Sociais.

Me enxergar como um sujeito político. Eu acho que politizar e entender que cotas vai além de mim. Ela não se resume só ao meu ser, mas ela é uma dívida histórica, ela é uma reparação. E eu estar aí dentro, ocupando esse espaço, é algo político. Porque se a gente for seguir o sistema, eu não deveria estar aí dentro, e eu estar aí é resistência. Então para mim é bem simbólico. (Luiza, Entrevista).

O reconhecimento explícito do ato político que representa ocupar uma vaga de cotas raciais, como expresso por Luiza, evidencia o fato de que não basta que tenhamos uma legislação de garantia de acesso, mas precisamos também que os beneficiários se reconheçam na mesma, gerando a base de uma ação que extrapola o interesse individual e se constitua como ato político. Neste caso, evidenciamos como a subjetividade individual é atravessada pela subjetividade social, não como um determinante, mas como conteúdo simbólico que permeia as emoções das pessoas. Além disso, fica indicado em sua fala a compreensão das cotas como uma reparação histórica, reforçando esse aspecto importante das ações afirmativas que é retratado por Dias e Souza (2018).

A universidade pública pode ser transformadora e tem grande importância social, mas, como abordado no estudo de Ferreira (2019), para a maioria dos estudantes das escolas públicas de educação básica, comunidades e periferias, pensar em ir para universidade pública ainda é algo distante, ou quase utópico. Alguns relatos, como o de Carla, estudante de Ciências Sociais, trouxeram a necessidade urgente de aproximar cada vez mais a universidade dessa comunidade:

Então, eu defendo a universidade a unhas e dentes, da mesma forma como eu defendo a escola pública, que foi o acesso que eu tive né, e que foi uma coisa transformadora pra mim na maioria dos aspectos...Então eu penso que é um lugar que tem que ser de mais fácil acesso, pra todo mundo né, e que a universidade se mantenha pública, de qualidade, que tenham mais projetos de chegar na comunidade, porque tem comunidades que ainda não sabem o que é a [nome da universidade]...então eu penso que a [nome da universidade] tem que fazer os tripés valerem mais a pena, principalmente de extensão. (Carla, Entrevista).

Ademais, são diversas as crenças sociais que circundam o tema das cotas e, muitas vezes, não há uma compreensão integral de que é um direito ou até de que não é algo negativo. Mesmo que para muitos o ingresso pelas cotas na universidade seja um ato político, que visa uma luta para ocupação deste espaço, para vários outros o ingresso pelas cotas é razão de controvérsias, dilemas

e sofrimentos. No entanto, alguns participantes mostraram como essa perspectiva se transformou após a entrada na universidade pública, onde eles alcançaram uma compreensão mais ampliada sobre o tema e puderam de fato conceber as cotas como um direito seu, como dito por Danilo, estudante de Direito.

Consgo entender bem melhor agora como funciona, o porquê de existir, agora eu me sinto mais preparado, mais confiante para poder defender a política de cotas. Anteriormente acabei usando como um recurso, não tinha essa visão de bater no peito e falar “usei sim, defendo, essa é a minha visão de mundo” [...] Antigamente eu tinha o sentimento de que cotas raciais eram associadas ao lado econômico, tanto que quem criticava na minha época sempre dizia que -ah, já existe cota econômica, então pra que tem que existir cota racial?-, só que hoje eu sinto e eu vejo que não, as coisas não estão ligadas, econômico não é ligado ao racial, pode ser, mas não é. (Danilo, Entrevista)

A produção subjetiva em uma experiência está sempre marcada pelo modo como nossas emoções são mobilizadas diante de um conteúdo simbólico, que sempre é individual e social, sem fronteiras (GONZÁLEZ REY, 2003; GONZÁLEZ REY, 2010). Ainda há uma forte naturalização da exploração e inferiorização das pessoas negras no Brasil, fazendo com que os processos de exclusão e dominação social sejam marcadamente presentes no conjunto de crenças, valores e práticas que integram a subjetividade social brasileira. Assim, o movimento de reconhecer as cotas raciais como um direito, e a produção subjetiva individual gerada nessa experiência de acesso ao ensino superior, é permeado pelas configurações subjetivas sociais ao mesmo tempo que as constituem.

2. Afirmação Identitária e Processos Decorrentes do Ingresso na Universidade

Nesse núcleo, ganham destaque conteúdos que demonstram como e o quanto o ingresso na Universidade pode ser um grande potencializador de transformações pessoais e profissionais, impactando direta ou indiretamente na subjetividade dos estudantes. Primeiramente, analisa-se que são diversos os recursos proporcionados pelo ingresso no Ensino Superior Público, sendo essa oportunidade compreendida como viabilizadora de transformações identitárias significativas, visto que possibilita ampliação de perspectivas e trajetórias influenciadas pelas trocas de experiências com pessoas e realidades diversas.

A partir desse ingresso, novas oportunidades, que antes eram pouco concebidas ou até inimaginadas, passam a ser proporcionadas, como apontado no relato da Fabiane, estudante de Letras: “Depois que eu passei na universidade minha vida se transformou, hoje eu vejo a minha vida acadêmica, eu quero fazer 3 mestrados planejados, doutorado, quero viver realmente disso” (

Fabiane, Entrevista). Ademais, é possível reconhecer o desenvolvimento de responsabilidades, autoconhecimento, possibilidades de inclusão e ascensão, sentimento de pertencimento com a construção de vínculos sociais e o prestígio social pelo estudo em uma Universidade Pública. Fabiane também relata: “Universidade...é um rolê de engrandecimento, satisfação pessoal e profissional, acolhimento, troca, afeto...de carinho das pessoas...um lugar de ser aceita na minha diversidade, subjetividade, coisa que passei a vida lutando, apesar de o racismo, o preconceito e o sexismo” (Fabiane, Entrevista). Diego estudante de Filosofia, também traz uma reflexão dentro dessa perspectiva:

Comecei a tomar mais consciência de mim mesmo, da sociedade que me envolve, e do ator social que eu posso ser e desempenhar... A universidade me fez cair as escamas dos olhos...Me deu novas perspectivas de vida...Abriu um leque muito maior do que eu tinha, me deu oportunidades que eu não conseguia vislumbrar. Em termos negativos, entendi que a universidade é uma bolha, que tem pouco contato com o mundo externo, e quando você sai daqui é um estranho fora do ninho, a sociedade lá fora não é o que é vivenciado aqui dentro da universidade, a gente vive aqui diversidade cultural, de gênero, diversidade de várias coisas que a sociedade lá fora ainda não entendeu o que é e não prática. A universidade é um oásis no meio da sociedade que a gente vive atualmente. (Diego, Entrevista).

A fala de Diego vai além, e traz destaque para o desenvolvimento de um pensamento mais crítico e politizado, acompanhado de um senso de responsabilidade com a educação pública, e que remete à reflexão sobre como conteúdos estudados nas universidades nem sempre são bem transpostos à sociedade. Danilo, estudante de Direito, compartilha de um pensamento semelhante: “Um ponto positivo pós-universidade é essa consciência social, política. Porque a Universidade tem uma atmosfera política social muito desenvolvida [...] você acaba ganhando uma opinião crítica dos fatos, mais trabalhada. Se torna um cidadão mais completo, mais politizado” (Danilo, Entrevista). Ou seja, pode-se dizer que são múltiplos elementos trabalhando em uma produção predominante de novos sentidos subjetivos, o que dita e organiza novas configurações subjetivas de grande potencial para esses estudantes.

Um outro processo vivenciado por diversos participantes diz respeito à mudança da afirmação identitária marcada pela diferença racial. O crescimento da convivência com pessoas de outras raças pode possibilitar novas esferas de autoconhecimento, em que há um processo de aceitação e autoidentificação enquanto pessoa negra, além do reconhecimento e valorização das características dos(as) negros(as) e suas respectivas culturas. Esse processo de reconhecimento se estende para a conquista de estar ocupando locais na Universidade não previstos simbolicamente para este público, tendo em vista que alguns relatos demonstraram as percepções acerca das

diferenças de acesso a determinados postos e lugares, além da necessidade de se fazer excepcional para ocupar um lugar comum, como demonstrado na fala de Fabiane: “O quão genial você tem que ser para se igualar o mínimo a qualquer mulher branca que faz o mínimo?” (Fabiane, Entrevista). Diego também reflete sobre esse processo:

A maioria das pessoas não se reconheciam como negros e negras, elas tinham vergonha disso, eu me senti impelido, meio que internamente, a me assumir enquanto negro, e isso me ajudou bastante a entender quem eu sou e tudo mais, eu não tenho vergonha da minha cor de pele. (Diego, Entrevista).

Esse desenvolvimento da consciência racial nas pessoas negras, do reconhecimento e valorização de suas negritudes, é essencial para que qualquer política voltada à discriminação racial seja efetiva (FERREIRA, 2019). O racismo no Brasil ainda é forte, mas faz-se velado na maioria das vezes e, por isso, há a necessidade de antes nomear notoriamente a questão racial, para que então haja um enfrentamento pleno de qualquer discriminação ou preconceito.

Ainda no âmbito identitário, alguns relatos demonstraram como o processo de identificação enquanto estudantes universitários gerou o desenvolvimento de um senso de responsabilidade social e familiar. Esses estudantes passam a ocupar um local de referência dentro do seu meio e, muitas vezes, compreendem que possuem um compromisso não apenas com o seu núcleo familiar, mas também com o país e a sociedade, agregando expectativa social de mudanças para o futuro e gerando a necessidade de compensar socialmente a oportunidade fornecida pelas ações afirmativas, como demonstrado no relato de Luiza, estudante de Ciências Sociais: “É muita responsabilidade né? Aqui dentro de casa sou a primeira a entrar em uma universidade [...] eu sou meio que um ponto de referência, sabe?...Em todo o lugar que minha mãe chega, fala - A minha filha estuda na... [nome da universidade]! - ” (Luiza, Entrevista). Danilo, estudante de Direito, também exemplifica o senso de compromisso social:

Ser um universitário cotista tem um “q” a mais para mim, porque além de você ter essa missão com o seu país, você também tem essa responsabilidade em tentar estimular a política de cotas [...] Ser um universitário é ser a esperança do Brasil... É ser esperança daqueles que põem os seus impostos para financiar os seus estudos. As pessoas têm a esperança de que você possa de alguma maneira produzir alguma mudança na sociedade. (Danilo, Entrevista).

Estudar em uma Universidade Pública ocupa um valor simbólico, socialmente construído, que participa das emoções que são geradas na experiência de ser estudante de ensino superior (González Rey, 2007). Estes estudantes vivenciam essas mudanças de perspectivas e transformações identitárias, como no caso de Danilo, que passa a se compreender como uma esperança para o próprio país.

3. Projeção na Universidade e Expectativa de Ruptura da Trajetória de Exclusão

Este terceiro núcleo engloba as perspectivas dos participantes acerca da entrada na Universidade Pública, e como elas estão relacionadas com uma expectativa de mudança de sua trajetória pessoal e familiar. Para muitos estudantes cotistas, a educação é uma via de ruptura da trajetória familiar de exclusão, e o acesso ao Ensino superior é tido como uma grande conquista, tanto para o indivíduo quanto para família, já que a possibilidade dessa realização pouco ou nada existiu em gerações passadas. Júlia, estudante de Serviço Social, ilustra isso: “Meus pais ficaram muito orgulhosos...Eu nem sabia se eu ia conseguir pagar uma faculdade pra mim, então eu ter conseguido entrar lá foi uma conquista muito grande para gente, e não só pra mim, para toda a minha família” (Júlia, Entrevista).

Neste relato é evidenciado o papel da família como componente constitutivo da história de vida pessoal, que geram espaços simbólicos presentes na dialética entre as produções subjetivas sociais e individuais que, como defende por González Rey (2007), tece uma rede de eventos e consequências colaterais conectadas, sendo expressada em complexas produções psíquicas. As cotas promovem maior acessibilidade ao ensino superior público, que é colocado como uma poderosa via de mobilidade social, como exemplificado no relato de Carla, estudante de Ciências Sociais: “Eu acho que pra mim, e pra muita gente, estar na universidade é mudar a situação da sua família, situação economicamente falando, então não tem como pensar nas cotas se a gente não analisa o contexto econômico muito difícil também” (Carla, Entrevista). Barreto (2015) aponta justamente o papel político das ações afirmativas em reverter o quadro de desigualdade existente na sociedade e, para além das desigualdades econômicas, também as desigualdades étnico-raciais.

No entanto, a conquista de ingressar em uma Universidade Pública ainda está vinculada à uma trajetória de diversas vivências difíceis. Grande parte dos estudantes cotistas compartilham a vivência de ter que desempenhar um grande esforço e empenho pessoal nos estudos para alcançar o acesso à Universidade, somado às dificuldades econômicas presentes em sua trajetória escolar, como no caso de Bruna, estudante de Psicologia: “Eu basicamente estudava a semana todinha, tinha aula de manhã e à tarde eu ficava estudando, ficava fazendo uma coisa e outra em casa e, no final de semana, eu trabalhava como garçonne” (Bruna, Entrevista). Aqui destaca-se a contradição e tensão entre os anseios pessoais (aspirações que contém emocionalidade e simbolismo) e as dificuldades circunstanciais do contexto social, que possibilita espaços de subjetivação mobilizadores e geradores de mudanças, como a própria conquista da vaga em uma Universidade Pública.

Destaca-se também uma ruptura de estereótipos raciais e expectativas negativas para o futuro desses estudantes. Para alguns, existe o significado de estar em uma Universidade atrelado a uma transformação e mudança do que socialmente se espera de jovens negros, e isso é visto como uma conquista, como destacado por Rafael, estudante de Ciências Sociais e Fabiane, estudante de Letras.

É quebrar paradigmas...é estar em um lugar que você não é esperado...É estar em um lugar que ninguém esperava, o governo, sua família, normalmente não espera que você esteja lá. Normalmente as expectativas para uma pessoa negra na sociedade não estão presentes na universidade né, normalmente o negro faz parte de outro tipo de dado pro governo...normalmente é morto ou preso...nessas condições. (Rafael, Entrevista).

Eu falei com uma amiga e ela estava falando assim, que tinha até orgulho de mim porque todo mundo achava que eu não faria uma trajetória diferente, que apesar de ser mãe solo, que apesar de ser adultizada cedo,[...] todo mundo esperava que eu fosse o estereótipo da mulher preta subserviente, apoiando marido, aceitando abuso e etc, que não trabalha, que não estuda, que não batalha, e mesmo com todos esses rolês eu continuo seguindo. (Fabiane, Entrevista).

A teoria da subjetividade define ser sujeito como aquele que sustenta um posicionamento crítico, defende uma concepção e é capaz de assumir seu protagonismo diferenciado no curso de uma ação, como expressão de vias próprias de subjetivação (González Rey, 2004). Essa condição é exemplificada pelo desempenho dos participantes em seu desenvolvimento emancipado e capacidade de ruptura com uma configuração social tão determinista e excludente. A condição identitária de classe, raça e gênero aqui implicadas dizem sobre uma vivência de transgressão a expectativa negativa e estereotipada sobre o futuro das pessoas negras no Brasil. A maior presença de estudantes negros nas universidades reafirma essa vivência e tensiona a cultura existente nas academias, pois materializa fisicamente a diversidade étnico-racial e evidencia a complexidade das relações raciais no Brasil (PASSOS, 2015).

4. As Cotas como um Direito e as Crenças Sociais Relacionadas

Esse núcleo destaca a construção interpretativa a respeito da importância das cotas, da contextualização política e histórica que as fundamentam, e de como muitos as expõem e defendem como um direito conquistado. Primeiramente, é possível conceber o caráter de reparação histórica que ações afirmativas possuem, como abordado por Diego, estudante de Filosofia:

Quando a propriedade privada, o que era o negro naquela época, foi perdida, deveria haver reparações né...isso foi um debate gigantesco no Brasil da época. [...] Os escravos negros pouco

tiveram reparação social. Então entendo que de certa maneira as cotas são uma tentativa, muito falha ainda, de reparação social, muito falha! a existência das cotas são a comprovação cabal de que ainda não chegamos a uma sociedade digna para todas as pessoas, ainda mais para o negro. (Diego, Entrevista).

A tentativa de reparação histórica sobre o processo de objetificação e monetização do corpo negro, durante o período de dominação escravista, chega após mais de um século (BARBOSA, 2015), e ainda com muitas falhas, como trazido por Diego. Esse apontamento traz a reflexão sobre as desigualdades econômicas, sociais e raciais que ainda são estruturais no Brasil, e que as ações afirmativas são incapazes de solucionar isoladamente e gerar uma reparação integral desse cenário.

Assim, tratar da reparação histórica não significa conceber que é um problema do passado, pois, na realidade, o racismo ainda está muito presente em suas diversas dimensões, sustentando mecanismos de exclusão, como traz a fala de Danilo, estudante de Direito:

As pessoas taxam [reparação histórica] como a dimensão principal, mas não é, na minha opinião é a redução da desigualdade no cenário atual, porque o racismo não acabou, o racismo existe e existe de outras maneiras, existe o racismo institucional, existe racismo velado... Então, é importante por ser esse símbolo histórico, essa dívida que existe é algo de que não deveríamos nos orgulhar, mas não deveríamos esquecer...as pessoas devem entender que não é o tempo que vai fazer essa dor passar...(Danilo, Entrevista).

Dessa forma, além de uma política de reparação histórica, as cotas também são um mecanismo de redução das desigualdades atuais, causadas por diferentes facetas do racismo. Conceição (2019) descreve como o desenvolvimento da ideia da democracia racial foi responsável pela propagação do racismo velado, por exemplo. A noção de inexistência do racismo no Brasil com a concepção de harmonia e igualdade das etnias dificultou a identificação do racismo e, por consequência, o seu combate efetivo. Já acerca do racismo institucional, Barbosa (2015) pontua como a institucionalização da violência é um processo histórico, sendo perpassada pela herança do sistema escravista e da constituição econômica das colônias. Pelo relato, fica evidenciado como esse processo de produção simbólica-emocional sobre o tema pode permear a produção de sentidos subjetivos que evocam desconforto nos estudantes.

No entanto, esse cenário não é sempre reconhecido, o que inclusive evoca diversas crenças e concepções contrárias à existência das cotas. Neste caso, um argumento frequentemente utilizado é o da meritocracia, que colocam os fatores pessoais acima e em detrimento da configuração social. Os participantes contestam essa concepção, como exposto por Rafael, estudante de Ciências Sociais:

Mérito é apenas uma falácia mesmo, é apenas um argumento retórico para continuar a manutenção desses próprios privilégios. Então meritocracia pra mim é uma besteira, total, e ela anda muito junto com essa questão da romantização de conquista e tudo mais... as pessoas acham que pra gente usar dessa ferramenta a gente está pulando etapas, ou saindo largando na frente, na verdade é o contrário! Essa ferramenta existe justamente para diminuir essa disparidade né. Enfim, eu não acredito em meritocracia. (Rafael, Entrevista).

A partir de um processo crítico reflexivo a respeito da ideia social dominante de que as cotas seriam uma forma de trapaça no ingresso no Ensino Superior, ocorre aqui um posicionamento contrário do estudante, que percebe a meritocracia como um mecanismo de perpetuação de desigualdades e manutenção do *status quo*. Isso reflete a elaboração pessoal subjetiva desse estudante, enquanto sujeito, em relação ao mundo.

Outra crença comumente presente é a de que as cotas raciais podem ser vistas como um privilégio. Os participantes também refutam esse senso comum, e argumentam o porquê de as ações afirmativas serem, na realidade, um direito conquistado, como dito por Luiza, estudante de Ciências Sociais:

Até o início do século XX, a gente não podia frequentar as escolas. E a gente está falando de ontem, tipo é o meu avô, o seu avô, é o meu bisavô que não teve acesso a educação. E a gente teve esse direito porque foi através de lutas e não foi algo dado. Foram pessoas que lutaram por esse direito, dia após dia, incansavelmente, e a gente conquistou, e as próximas vão usufruir desse direito porque está na constituição. Não é um privilégio, não foi algo dado... Foi uma luta, pessoas morreram por isso. (Luiza, Entrevista).

A narrativa de Luiza traz as cotas em uma perspectiva de acesso, portanto, as ações afirmativas seriam um mecanismo de democratização de ensino, e não um privilégio. Pode-se observar que, mesmo após tantos anos, a visão negativa sobre as cotas raciais ainda prevalece muito na sociedade. Isso pode ser um fator gerador de sofrimento e constrangimento para os beneficiários dessa política, pois ainda que pessoalmente eles tenham ciência de que é um direito conquistado, as configurações subjetivas dos grupos sociais sempre se presentificam e se interrelacionam com a subjetividade individual. A maioria desses estudantes já presenciou, no próprio ambiente universitário, discriminações e opiniões contrárias à implementação das cotas, como traz Fabiane, estudante de Letras.

Eu acho que ser vista da perspectiva de cotista me coloca muito nesse lugar de pensar sobre como as pessoas me olham, porque pra mim eu sou uma universitária, eu não sou uma universitária cotista, eu fiz a prova do mesmo jeito, eu tenho mérito do mesmo jeito, e se a gente não tivesse essa estrutura ridícula racista, homofóbica, sexista e etc., eu provavelmente estaria em outro patamar [...] eu não precisaria ser julgada como cotista, como usurpadora de alguma

coisa, como se eu tivesse tomando alguma coisa da comunidade. Me pesa muito socialmente. (Fabiane, Entrevista).

Nessa perspectiva, observa-se como há um tensionamento entre a subjetividade social, que ainda sustenta as cotas como algo negativo, e a subjetividade individual dos estudantes. A experiência subjetiva de ser cotista pode perpassar uma dimensão de grande peso social e individual. No âmbito da produção simbólico-emocional, são diversos os sentidos subjetivos desenvolvidos a partir desse tensionamento, podendo ser forte o sofrimento para os estudantes.

5. Vivência de luta pela ocupação do espaço, permanência e redes de apoio

Este quinto e último núcleo engloba as experiências pós ingresso na Universidade Pública, como as vivências da rotina universitária, a luta pela ocupação deste espaço, e os suportes necessários para permanência. A partir dos relatos, é possível perceber que a trajetória acadêmica dos estudantes que ingressaram por ações afirmativas é, muitas vezes, perpassada por numerosas dificuldades, e isso vai ao encontro aos problemas relacionados à permanência já apontados na literatura (BARDAGI & HUTZ, 2012; SOUZA & BRANDALISE, 2016; MONGIM, 2017; PAULA, 2017; ADAMS, 2019).

A permanência é consolidada pelo apoio de familiares e amigos dos estudantes, bem como por políticas de assistência ofertadas pela própria instituição de ensino, definidas como essenciais para manutenção desses estudantes na Universidade e amenização dos desafios enfrentados por eles (PAULA, 2017). Um exemplo das dificuldades existentes pode ser observado na fala de Diana, estudante de Ciências Econômicas:

Tentei vir morar em [nome da cidade] para ficar mais fácil para estudar, mas eu não consegui porque não tinha conseguido os auxílios. Fiquei até o quarto semestre ainda morando em [nome da cidade] e vindo de van. [...] A van passava mais ou menos às quatro da manhã lá em casa. Quando eu consegui o auxílio moradia eu consegui vir para [nome da cidade][...]. (Diana, Entrevista).

Evidencia-se que a simples entrada no ensino superior não assegura a sua inclusão, é necessário também lutar pela manutenção desses estudantes neste espaço. A maioria das políticas de assistência ofertadas pelas universidades estão centralizadas apenas em suportes financeiros, mas essa luta também pode abarcar demandas de diversas outras ordens que afetam a permanência na universidade pública, como aspectos geográficos, familiares, e na relação interpessoal com outros estudantes (PAULA, 2017). O relato de Rafael, estudante de Ciências Sociais, põe em evidência a falta de suporte por parte da Universidade como um fator que merece atenção: “Ser universitário, primeiro, é se esforçar muito pra conseguir se manter dentro

da universidade, porque [...] nem sempre as condições de permanência são as melhores, sejam elas no quesito financeiro, material, psicológico. [...] tem que ter muita força pra passar imune [...]” (Rafael, Entrevista).

Os relatos também evidenciaram diversas vivências da falta de representatividade dentro desse ambiente acadêmico que, conseqüentemente, geram sentimentos de pouco ou não pertencimento. Diante disso, compreende-se como a necessidade de representatividade impacta na subjetividade dos estudantes cotistas, uma vez que a vivência universitária é tensionada pelo fluxo simbólico-emocional de não pertencimento a este ambiente. O relato de Júlia, estudante de Serviço Social, ilustra isso:

É difícil ver algum professor negro na universidade, [...] é importante ter mais professores negros na universidade por uma questão de reconhecimento, [...] tem certos ambientes em que a gente vê muitas pessoas que são brancas a gente não se sente muito à vontade ali, porque a gente [...] não se sente parecido, então quando um estudante negro entra na universidade e vê que não se sente representado, é algo desmotivador, sabe!?” (Júlia, Entrevista).

Esses sentimentos podem desmotivar a participação nas atividades acadêmicas, e a Universidade passa a ser vista como um meio não inclusivo e não receptivo às particularidades de seus estudantes. Isso mostra que, mesmo estando dentro do ensino superior, ainda existem sistemas de exclusão que influenciam nas vivências da Universidade, no desempenho dos estudantes cotistas e na permanência deles nesse espaço, sendo essa uma informação importante para a avaliação da efetividade dessas políticas públicas.

Dentro desta perspectiva, muitos participantes refletiram sobre a importância de formar redes de apoio coletivas entre si, uma vez que o processo de entrada na universidade pode ser solitário, principalmente para os estudantes cotistas. A formação de redes apoio é uma oportunidade significativa para construir novos laços e compartilhar vivências, e esse compartilhamento mostra-se importante para o desenvolvimento das configurações subjetivas dos estudantes, considerando que elas são produto das elaborações subjetivas em ambientes diversos e são estruturadas com base nestas vivências, como dito por de Souza e Torres (2019). Isso é demonstrado na fala de Carla, estudante de Ciências Sociais:

Eu acho que se você não fizer esses tipos de rede de apoio, você não se mantém na universidade. [...] Eu vi pela quantidade de alunos que adoeceram ao meu redor assim... Então acho que é extremamente necessário você ter uma rede de apoio que no mínimo de compreenda sabe, por vivências relativamente parecidas com a sua. (Carla, Entrevista).

Considerar a existência dessas redes de apoio é compreender que a ocupação da universidade pública vai além de uma necessidade individual, sendo importante também que

seja um movimento coletivo. A fala de Carla também simboliza como essa ocupação coletiva tem uma representação importante para os estudantes cotistas, novamente demonstrando como a subjetividade individual é perpassada e interrelacionada pela subjetividade social (de Souza & Torres, 2019):

Eu penso que a [nome da universidade] tem que ser cada vez mais ocupada por pessoas que compartilham das mesmas experiências que eu. E pensar que aquele lugar ainda tá muito distante para muita gente é uma coisa que me dói muito [...], porque a pirâmide social brasileira ainda é atravessada por mulheres pretas que estão segurando toda base social, e enquanto aquelas mulheres não estiverem em um universo público, institucionalizado, eu acho que pra mim não faz sentido eu sozinha estar lá sabe. (Carla, Entrevista).

Ressalta-se que a visão unilateral acerca do sucesso desses estudantes pelo ingresso na Universidade Pública pode subestimar toda a vivência de luta e esforço que eles precisarão continuar tendo para conseguir fazer parte dessa realidade, ainda distante. Para muitos participantes, a rotina universitária implica na necessidade de distanciamento ou renúncia de muitas outras demandas e áreas, e isso impacta diretamente na saúde mental e física, como demonstra Bruna, estudante de Psicologia.

Quando eu entrei na [nome da universidade] eu acabei me afastando um pouco da minha família, por questão de tempo mesmo [...], eu acabei me afastando principalmente da minha mãe, porque eu parei de ajudar a [...] arrumar a casa e ela ficou [...] muito brava e então a gente se afastou bastante. [...] Acho que é principalmente em relação a família, a questão negativa [...] questão física também, tipo de se cuidar [...]. Acho que questão de saúde mental também [...]. Alimentação também, bem ruim e espiritual também, porque tipo eu frequentava centros espíritas e eu parei de frequentar. (Bruna, Entrevista).

Destaca-se o termo ‘luta’, utilizado anteriormente, pois faz-se também necessário reconhecer a influência ativa, reflexiva, geradora e criativa de sujeito, colocando as relações sociais em tensionamento constante com as rupturas que podem gerar novas unidades de subjetivação individual e social, como apontado González Rey (2004). Afinal, os estudantes cotistas não apenas são transformados pela Universidade Pública, como, em muito, também a estão transformando rumo a um espaço mais democrático e inclusivo.

Conclusão

A partir do processo interpretativo dos relatos dos estudantes cotistas em diálogo com a literatura e o conhecimento/experiência dos pesquisadores com a temática, é possível perceber como ser estudante cotista no ensino superior tem impactos sobre a subjetividade dos

estudantes, bem como tem tensionado a subjetividade social das instituições. Nesse sentido, destaca-se o papel que as cotas desempenham para a garantia da acessibilidade ao ensino superior público. Ao longo da investigação, percebemos que elas são compreendidas como um direito que traz reparação histórica e a diminuição das desigualdades atuais, o que, inclusive, incentiva alguns estudantes a fazer seu uso como um ato político. Percebe-se, também, que a entrada na universidade pública e a convivência com a diversidade social e política existentes nesse espaço possibilitam transformações na identidade dos estudantes, trazendo novas expectativas sobre seu papel social, suas perspectivas pessoais, suas relações interpessoais, suas perspectivas futuras, não somente profissionais, mas, principalmente do lugar que desejam ocupar socialmente.

A experiência de ser um estudante cotista no ensino superior representa um desafio constante de adaptação social, geográfica e financeira, ressaltando a importância de políticas internas que visem um melhor acolhimento e condições de permanência por meio de ações e políticas efetivas de continuidade da política nacional. As ações afirmativas se pautaram historicamente no ingresso desses estudantes, porém obtiveram poucos avanços no que tange ao acolhimento e permanência no ambiente universitário.

Enquanto área de conhecimento e atuação profissional, é fundamental que que profissionais das áreas da Educação, Psicologia, Antropologia, Ciências Sociais, entre outros reconheçam e socializem o conhecimento acerca dos processos subjetivos vivenciados pelos estudantes cotistas dentro da Universidade Pública. Para além de dados objetivos, compreender as configurações subjetivas individuais e sociais é de extrema importância para o planejamento e a execução de possíveis intervenções institucionais que venham a aprimorar as ações afirmativas de forma eficiente.

A crescente democratização do acesso ao ensino superior, proporcionada pelo histórico de ações afirmativas, somada aos desafios pelo acolhimento institucional e permanência com aprendizagem de qualidade, requer a desterritorialização dos saberes e práticas tradicionais das áreas da Educação, Psicologia, Antropologia, Ciências Sociais, entre outras. Deve-se valorizar o caráter gerador de subjetividade, do indivíduo e dos grupos, por meio de ontologias e epistemologias que abarquem a complexidade do real, por vezes contraditório, mas, fundamentalmente, dinâmico e vivido no cotidiano da experiência de ser estudante cotista racial no ensino superior.

Por fim, reconhece-se como limite desta pesquisa a ausência de uma compreensão mais ampliada sobre as mudanças na configuração subjetiva - individual e social - ao longo da experiência de ser um estudante cotista racial no ensino superior. Reconhecemos que pesquisas

longitudinais podem acompanhar o desenvolvimento da subjetividade desses estudantes, bem como das instituições, à exemplo de outras pesquisas que já tenham sido realizadas nessa perspectiva, sempre valorizando a singularidade de indivíduos e grupos sociais, bem como das instituições (ROSSATO e MARTÍNEZ, 2013). Sugere-se para pesquisas futuras que sejam investigados mais aspectos sobre a trajetória familiar/escolar antes da entrada na universidade, a fim de compreender melhor as implicações de ser um estudante cotista em contraponto às suas experiências individuais passadas. Outro aspecto, nesse sentido, diz respeito à saída dos estudantes da universidade, seja pelo abandono, seja pela conclusão, podendo fornecer informações relevantes sobre suas trajetórias, apontando desafios emergentes à que profissionais das áreas da Educação, Psicologia, Antropologia, Ciências Sociais, entre outros, diante dessa realidade social cada vez mais presente no cotidiano institucional e profissional.

Referências:

ADAMS, Elias. A política de cotas e de permanência: uma análise do triênio 2015-2017 do IFFar Campus Santo Ângelo. *Revista de Ciência e Inovação do IF Farroupilha*, v. 4, n. 1, p. 07-21, 2019.

BARBOSA, Pedro. A violência contra a população de negros/as pobres no Brasil e algumas reflexões sobre o problema. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 19, p. 1-14, 2015.

BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Claudio Simon. Rotina acadêmica e relação com colegas e professores: impacto na evasão universitária. *Psico*, v. 43, n. 2, p. 174-184, 2012.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 39-64, 2015.

CONCEIÇÃO, Alexsandro Gomes. O racismo no Brasil, o Movimento Negro e a Lei 10.639/03. *Revista África e Africanidades*, v. 11, n. 31, p. 1-19, 2019.

DE OLIVEIRA, Iara Andrade; VIANA, Luciana Maria Maia; LIMA, Tiago Jessé Souza. Cotas Raciais na Universidade: Uma Revisão Integrativa da Psicologia Brasileira. *Revista Subjetividades*, v. 20, p. 1-12, 2020.

DE SOUZA, Elias Caires; TORRES, José Fernando P. A Teoria da Subjetividade e seus conceitos centrais. *Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica, Uberlândia*, v. 3, n. 1, p. 34-57, 2019.

DIAS, Marcia Marcelino; DE SOUZA, Almir Rogerio Evangelista. Políticas afirmativas: uma forma de reparar uma dívida histórica em relação à raça. *Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco*, v. 7, n. 13, p. 1-9, 2017.

FERREIRA, Fabiana Ribas; TABAQUIM, Maria de Lourdes Merighi. Habilidades cognitivas de escolares do ensino público e privado: estudo comparativo de pré-competências para a aprendizagem acadêmica. *Revista Psicopedagogia*, v. 34, n. 104, p. 126-136, 2017.

FERREIRA, Nara Torrecilha. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 27, n. 104, p. 476-498, 2019.

GONZÁLEZ REY, Fernando. As configurações subjetivas do câncer: um estudo de casos em uma perspectiva construtivo-interpretativa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30, n. 2, p. 328-345, 2010.

GONZÁLEZ REY, Fernando. O Compromisso Ontológico na Pesquisa Qualitativa. Em: GONZÁLEZ REY F. (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

GONZÁLEZ REY, Fernando. O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. Em SIMÃO L. M.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. (Orgs.). *O outro no desenvolvimento humano*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo, Brasil: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Epistemología cualitativa y subjetividad. EDUC-Editora da PUC-SP, 1997.

GONZÁLEZ REY, Fernando.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. Subjetividade: teoria, epistemologia e método. *Campinas: Alínea*, 2017.

LEMONS, ISABELE BATISTA DE. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; SOUZA, Rolf Ribeiro de; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de. “Eu escrevo o quê, professor (a)?”: notas sobre os sentidos da classificação racial (auto e hetero) em políticas de ações afirmativas. *Revista de Antropologia*, v. 63, n. 3, p. 1-26, 2021.

MONGIM, Andrea Bayerl. Projetos de escolarização e ingresso de estudantes negros na universidade em contexto de ações afirmativas. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 12, n. 23, p. 143-159, 2017.

MOURA, Maria Rosiméire Salviano de; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. “It is not free like that!!”: Quota Act and challenges of difference. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 3, p. 593-601, 2018.

PAIVA, Angela Rolpho. Citizenship, recognition and affirmative action in higher education. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 15, n. 4, p. e127-e154, 2015.

PASSOS, Joana Célia dos. Race relations, academic culture and the tensions after affirmative action. *Educação em Revista*, v. 31, n. 2, p. 155-182, 2015.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.

ROSSATO, Maristela; MARTÍNEZ, Albertina Mitjás. Desenvolvimento da subjetividade: análise de histórias de superação das dificuldades de aprendizagem. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 17, n. 2, p. 289-298, 2013.

ROSSATO, Maristela; RAMOS, Wilsa-Maria. Subjectivity in the development processes of the person: complexities and challenges in the work of Fernando González Rey (La subjetividad en los procesos de

desarrollo de la persona: complejidades y desafíos en la obra de Fernando González Rey). *Studies in Psychology*, v. 41, n. 1, p. 31-52, 2020.

SAMPAIO, Breno; GUIMARÃES, Juliana. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. *Economia Aplicada*, v. 13, n. 1, p. 45-68, 2009.

SANTANA, Luciana Alaíde A. et al. A Lei de Cotas nas IFES: Nenhum Retrocesso, Nenhum/a Negro/ae Indígena a Menos. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 36, p. 416-439, 2021.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. Has the student profile of federal universities changed after the lei de cotas?. *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, n. 172, p. 184-208, 2019.

SOUZA, Andreliza Cristina de; BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Avaliação da política de cotas da UEPG: desvelando o direito à igualdade e à diferença. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 21, n. 2, p. 415-437, 2016.